

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro

Ano X, Nº48 - Novembro/Dezembro de 2002

CONTROLADORIA ECONOMIZOU R\$ 85 MILHÕES PARA O MUNICÍPIO

Mais de R\$ 85,370 milhões foram economizados pelo Município do Rio de Janeiro com ações preventivas da Controladoria Geral do Município entre janeiro de 2001 e setembro de 2002. Esses valores, que deixaram de ser gastos ou foram recuperados pela CGM, já estavam consignados no orçamento. O dinheiro poupado poderá ser usado pela Prefeitura para, por exemplo, construir na Barra da Tijuca a Cidade da Música - um hall sinfônico nos moldes da Cité de la Musique em Paris, com 22 mil metros quadrados e capacidade para 2.600 espectadores, a um custo previsto de R\$ 85 milhões.

O novo espaço também será a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), cuja folha salarial foi assumida em novembro pela Prefeitura. A OSB é uma entidade sem fins lucrativos, que depende de patrocínios e parcerias para se manter.

De acordo com a Coordenadoria Geral de Normas e Informações Gerenciais (CIG) da Controladoria - responsável pela consolidação dos dados no relatório de 4 de novembro de 2002 que mostra os impactos econômicos registrados pela CGM - os cerca de R\$ 85 milhões foram obtidos por meio de perdas e gastos evitados (R\$ 84,968 milhões) e perdas e gastos recuperados (R\$ 402,660 mil). O valor da economia é três vezes e meio maior que o orçamento total da Controladoria no período de janeiro de 2001 a junho de 2002, de aproximadamente R\$ 24,9 milhões.



Para o coordenador da Coordenadoria de Estudos e Análise de Informações Gerenciais da CIG, Marcos Mizurine, o montante final foi obtido, na prática, graças a acordos judiciais amigáveis estabelecidos com fornecedores, firmas e empresas que prestaram algum tipo de serviço à Prefeitura; às negativas de revisões contratuais solicitadas devido ao desequilíbrio econômico-financeiro e à mudança no critério da apuração da tabela de gêneros alimentícios.

Os valores economizados pela CGM são registrados pelo Sistema de Impactos, administrado e contabilizado pela CIG em todas as áreas da Controladoria. No mesmo período, o sistema detectou também que cerca de R\$ 72,5 milhões foram gastos indevidamente, resultado de fraudes e contratos que não foram revertidos em benefício da administração pública. A economia final representa mais de 1% do orçamento do Município para 2003, apresentado pelo Prefeito Cesar Maia à Câmara dos Vereadores em outubro e estimado em R\$ 8,2 bilhões.



Especialistas dissecam a corrupção

Coletânea de textos produzidos por economistas, administradores, advogados, contadores, historiadores, cientistas políticos e jornalistas reúne material de análise útil para os interessados em compreender os inúmeros aspectos que envolvem atos de corrupção.

EDITORIAL

Teoria multidimensional e viabilidade do sistema de custos

Lino Martins da Silva

Pensando em como seria possível a implantação de sistema de custos na administração pública recorro aos estudos de Yuji Ijiri (*Theory of Accounting Measurement - In Studies in Accounting Research 10 e Momentum Accounting and Triple-Entry Bookkeeping* (1989) , divulgados pela American Accounting Association. Suas teses procuram identificar o estado de evolução da Contabilidade, tendo se preocupado desde 1966 com o registro de diversas unidades de medida englobando tanto unidades monetárias como unidades físicas.

Neste sentido, os estudos de Yuji Ijiri têm contribuído para o sistema multidimensional, no qual as mudanças nos resultados são explicadas pela utilização da riqueza e esta, por sua vez, é explicada pela utilização do rendimento, cujo objetivo final é o de complementar o fornecimento à gestão de dados necessários para otimizar a sua ação. Para tanto, Ijiri considera quatro estratos dessa gestão: gestão de resultados, gestão da riqueza, gestão do momentum e gestão das forças.

No arcabouço dos estudos de Ijiri vamos certamente encontrar dados transformados em informações de custo. Por sua vez, quando tais estudos são aplicados à contabilidade governamental revelam que ainda temos penosos e tortuosos caminhos a percorrer. Primeiro porque os órgãos de controle interno e externo públicos - e também grande parte dos gestores - insistem em basear o seu trabalho nas informações oriundas de uma execução orçamentária rica em informações financeiras, mas pobre em informações gerenciais e de custos, tratando basicamente do fluxo imediato de caixa não integrado a um fluxo decorrente da realização dos programas de governo com reflexos nas atividades fins e nas atividades meio. Em segundo lugar, porque os sistemas de planejamento, de execução e de controle implementados no setor público infelizmente só conhecem as duas dimensões tradicionais (débito e crédito).

Assim procedendo, a contabilidade pública deixa de considerar que o presente não é senão um ponto determinado no tempo, enquanto o passado é uma duração do tempo que passou. Neste sentido, os trabalhos de Ijiri designam contabilidade da riqueza (wealth accounting) e utilizam contas que representam o status financeiro de uma empresa, as denominadas contas de estoque. Por outro lado as contas de patrimônio líquido indicam as sucessivas alterações dessa mesma riqueza e são as denominadas contas de fluxos.

Além destas questões, ainda encontramos resistências daqueles que não querem controle de custos para não revelar suas ineficiências: uma contabilidade administrativa ou gerencial, voltada precisamente para todas as dimensões de que trata Ijiri revelará de modo inquestionável tais fraquezas, pois graças a ela é possível passar do plano global da entidade para planos específicos dos produtos, das funções, dos centros de responsabilidade das operações e, deste modo, atender não só às necessidades dos administradores, como também responder à sociedade sobre os caminhos percorridos pelos recursos que colocam à

disposição do Tesouro com vistas ao atendimento das necessidades coletivas.

A contabilidade orçamentária, tal como é apresentada na atualidade, informa apenas a demonstração da execução orçamentária, segundo a classificação da despesa por órgãos e unidades orçamentárias, bem como a distribuição funcional programática e, ainda, por natureza de despesas. Tal classificação, porém, registra apenas o fluxo financeiro que se reflete ao final do exercício nas variações patrimoniais. Isso equivale dizer que os sistemas de contabilidade pública preocupam-se, em demasia, com o presente (execução orçamentária) e somente trata de questões do patrimônio naquilo que correspondem a reflexos desse mesmo presente.

Ao conhecer este resultado global, o administrador fica sem resposta frente às seguintes indagações:

- Quais são os produtos ou serviços que contribuem para melhorar o resultado e quais aqueles que, ao contrário, trazem afetação negativa?
- Quais são os produtos ou serviços que apresentam desempenho satisfatório perante a opinião pública?
- Quais são os órgãos do governo que prestam serviços (atividades meio) para outras unidades (atividades fins) e de que modo seus gastos são apropriados às atividades fins?
- Quais são os centros de responsabilidade que funcionam de modo eficaz? Quais são aqueles cujo funcionamento é deficiente?

Indagações desse tipo levam-nos a verificar que, cada vez mais, a administração pública precisa responder a estas e a inúmeras outras questões, ao evidenciar a necessidade vital da implantação da teoria multidimensional por meio da contabilidade gerencial para que os administradores possam conhecer e avaliar a gestão por intermédio de medidas efetivas de desempenho. Para tanto será necessária uma revolução, passando do controle formalístico para o controle dos resultados.

ENTREVISTA

Entrevista com Rosângela Santos Silva - Coordenadora das Gerências Setoriais da CGM



Rosângela Santos Silva é Coordenadora das Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria da CGM Rio. Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, com enfoque na área gerencial, em abril de 2002 defendeu a dissertação de mestrado intitulada 'Balanced Scorecard: aplicabilidade e contribuição a uma organização pública'. Na segunda semana de outubro de 2002, Rosângela participou em Lisboa de um congresso internacional intitulado A Reforma do Estado e da Administração Pública. É desse tema amplo, com alguns enfoques específicos e de interesse para a área de controle público, que ela trata nesta entrevista.

Prestando Conta\$ - Poderia dizer em linhas gerais o que foi o evento de Lisboa?

Rosângela - Foi o VII Congresso Internacional do CLAD, Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento, um organismo internacional de caráter intergovernamental integrado por 25 países da América Latina, Caribe e Península Ibérica. Sua missão é promover a cooperação técnica, assim como a reflexão, o debate e o intercâmbio de experiências em torno da reforma do Estado e da modernização da administração pública. Este ano, os principais temas abordados foram: Estados Nacionais X governança global, gestão por resultados, avaliação de desempenho, formação contínua para a melhoria na prestação de serviços públicos e sistemas de remuneração baseados na avaliação de desempenho. Foram três dias de atividades intensas com apresentações paralelas de trabalhos sobre esses assuntos.

Pre\$tando Conta\$ - Entre os temas abordados, alguns em especial chamaram a sua atenção? Por quê?

Rosângela - Todos os temas foram muito interessantes, mas gostaria de destacar três em especial: Estados Nacionais X governança global, formação contínua para melhoria na prestação de serviços e ansiedade e medo no trabalho: a percepção do risco nas decisões administrativas. No primeiro, a conferencista apresentou uma análise sobre os efeitos da globalização nas políticas nacionais, destacando que existem várias faces da globalização: embora a mais conhecida seja a econômica apresentou outras cinco vertentes - comunicação e transporte; ecológica-científica; terrorismo e crime organizado; política e Terceiro Setor. Pelo relato, observa-se que a globalização confronta governos internacionais com governos locais, limitando a autonomia destes para o trato de problemas, em especial os sociais. Como exemplo citou a política financeira internacional que, com juros altos, fazem com que os países que necessitam de empréstimos acabem por comprometer grande parte dos recursos arrecadados com o pagamento de juros de dívidas, o que limita o volume de recursos aplicados nas áreas sociais e também em investimentos, fazendo com que os países pobres fiquem ainda mais dependentes dos países ricos, num círculo vicioso. Estados fortes tendem a impor suas regras, criando problemas ainda maiores para os Estados fracos. O segundo tema, formação contínua para melhoria na prestação de serviços, reforça a idéia de que, numa organização essencialmente prestadora de serviços, o principal ativo é a capacidade de seus funcionários de realizarem suas atividades. Por isso as organizações devem investir constantemente na capacitação e na valorização do trabalho desses profissionais. O terceiro tema chamou mais a atenção pelo enfoque dado à influência dos sentimentos na tomada de decisões. O trabalho teve como base a comparação de entrevistas realizadas entre executivos da área pública e da área privada. A conclusão foi que os executivos da área pública, ao contrário do que imagina a sociedade, sofrem mais pressões na tomada de decisões que os demais. Isso se deve principalmente ao fato de os serviços públicos serem cobrados constantemente pela mídia, sendo os erros passíveis de exposição pública. Assim, o sucesso de um serviço público depende de vários fatores e não só da competência do dirigente da organização. Em geral, o tamanho das organizações públicas e a complexidade dos serviços prestados influenciam o nível de ansiedade na tomada de decisões.

Pre\$tando Conta\$ - A partir do que você observou no congresso, há como traçar um paralelo entre o desempenho do setor público no Brasil e em outros países?

Rosângela - Os desafios são muito semelhantes em todos os países. A administração pública é forçada cada vez mais a atender de forma eficiente, rápida e satisfatória às demandas crescentes e diferenciadas vindas tanto da sociedade quanto dos órgãos do próprio sistema. As características marcantes desse novo cenário são: maior exigência de responsabilidade dos servidores, a escassez de recursos e a pressão por melhorar a gestão financeira, bem como a consideração do público como cliente principal dos serviços prestados pelo Estado.

ENTREVISTA

Entrevista com Rosângela Santos Silva - Coordenadora das Gerências Setoriais da CGM

Pre\$tando Conta\$ - A corrupção envolvendo empresas da iniciativa privada e segmentos do setor público é tema que preocupa profissionais de outros países?

Rosângela - Sim. Inclusive foi objeto de apresentação de trabalhos específicos. Nas apresentações que assisti, as observações sobre corrupção são de que grande parte dos recursos que os países pobres solicitam aos órgãos financiadores, como BID e Banco Mundial, acaba sendo utilizada para solucionar problemas gerados com a corrupção dos governos, o que diminui significativamente o volume de recursos para investimento na solução de problemas sociais.

Pre\$tando Conta\$ - Entre os organismos internacionais houve a participação de algum em especial? Neste caso, qual foi o enfoque das considerações apresentadas?

Rosângela - Diversos países enviaram representantes, mas sem dúvida os participantes brasileiros estavam em maior número. Diversos trabalhos foram apresentados por grupos brasileiros, com destaque1 para o

Atendimento Cidadão, uma iniciativa do governo do Estado da Bahia que congrega num único lugar diversos serviços prestados pelo poder público que está sendo copiada por outros estados, municípios (o Rio implantou o sistema nos principais shoppings da cidade) e até países (Portugal implantou o modelo recentemente).

Pre\$tando Conta\$ - Ao participar desse encontro internacional, o que fica como o ponto mais representativo para as suas atividades na Controladoria do Município?

Rosângela - Minha função na Controladoria é gerenciar pessoas e esse é um desafio muito grande. Nesse encontro ficou evidente que investir constantemente na capacitação dos funcionários para que os mesmos desempenhem suas tarefas de forma eficiente é uma necessidade básica. Além disso, avaliar o desempenho dos funcionários é outra ferramenta essencial, pois vincula as tarefas dos funcionários ao alcance de resultados, aumentando o nível de satisfação e realização no trabalho. Os funcionários sentem necessidade de saber se estão desempenhando suas funções da forma como se espera. Caso estejam, esperam ser recompensados por isso.

Pre\$tando Conta\$ - Uma área que também interessa à administração pública envolve sistemas de avaliação de serviços. O congresso tratou desse assunto? O que poderia ser considerado importante para o Brasil?

Rosângela - As dificuldades encontradas no Brasil são semelhantes às dos outros países: dificuldade para medir os produtos; multiplicidade dos serviços oferecidos; multiplicidade dos objetivos perseguidos; ausência de mercados, preços e transações dificultando a medição por meio de expressão monetária; dependência de fatores exógenos à administração, como condições econômicas globais ou prioridades políticas dificultando uma avaliação objetiva do valor que a ação agrega; maior preocupação com a formulação e implementação de programas e projetos do que com seu desempenho; reduzida atenção com a objetividade e a independência da avaliação; pouca atenção com qualidade e tempestividade; alto custo da avaliação; insuficiência de pessoal qualificado para avaliar além do natural receio quanto aos resultados da avaliação e a sensibilidade às críticas oriundas dos resultados desfavoráveis. É fácil observar que as dificuldades são muitas, mas por outro lado, os benefícios também o são.

Pre\$tando Conta\$ - De todos os pontos relativos à avaliação, qual provocou maior debate?

Rosângela - Uma discussão interessante a respeito do tema foi a seguinte: se a sociedade é a principal destinatária dos serviços oferecidos pelo poder público, não é ela também a mais indicada para efetuar essa avaliação? Esse seria o chamado controle social, ou seja, a sociedade avaliando os serviços oferecidos pelo poder público. Essa avaliação deveria ser não apenas qualitativa, mas também quantitativa, buscando responder às seguintes questões: os serviços oferecidos estão em quantidade suficiente? Estão divididos de forma igualitária? São prestados a custos satisfatórios? A discussão concluiu que, embora o controle social não descarte a avaliação realizada pelos próprios órgãos, ela é fundamental para o alcance dos objetivos, porque traduz uma cobrança constante por parte da sociedade pela transparência das ações da administração pública.

Pre\$tando Conta\$ - Depois de uma experiência como essa, o que fica mais evidente para você como técnica concursada do município? Que tipo de valor pode ser agregado ao desempenho das suas funções cotidianas?

Rosângela - O fato de poder participar do Congresso demonstra que o Município do Rio preocupa-se com a capacitação contínua dos seus quadros. A presença em evento como esse permite a ampliação dos conhecimentos e a troca de experiências profissionais com representantes de outros países. Se por um lado percebemos que os desafios são muitos e complexos, percebemos também que podemos buscar juntos as soluções e copiar as experiências bem sucedidas, alcançando melhores resultados em todos os lugares. No desempenho das minhas funções devo aplicar principalmente a busca pela ampliação da capacitação contínua dos funcionários que estão sob meu gerenciamento, além dos mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos mesmos.

Empresas de consultoria e auditoria separam as duas áreas de atuação

As firmas multinacionais de auditoria e consultoria estão passando por um período de adaptação às perspectivas de trabalho que se desenham um ano depois dos escândalos contábeis tornados públicos nos EUA no final de 2001. A PricewaterhouseCoopers, uma das big four no setor (junto com KPMG, Ernst & Young e Deloitte Touche Tohmatsu), tomou várias providências para enfrentar o novo contexto. Uma delas foi a venda, em meados de setembro de 2002, da sua área de consultoria para a IBM. A nova empresa passou a se chamar IBM Consulting e a PricewaterhouseCoopers concentrou suas atividades na área de auditoria.

O Congresso dos EUA foi um dos responsáveis por essa reformulação corporativa ao aprovar, em 30 de julho de 2002, a lei de reforma administrativa conhecida como The Sarbanes-Oxley Act, com o objetivo de impedir manipulações de balanços e fraudes contábeis pelas megacorporações americanas. A medida, cujas regras são mais rígidas, representa uma série de alterações na lei que regula o mercado de valores mobiliários americano, o Securities and Exchange Act, de 1934. Entre outras decisões, o novo texto legal impede os auditores de prestarem serviços simultâneos a auditorias para um mesmo cliente, reduz o prazo para divulgação dos relatórios anuais das empresas, adota um código de ética para os administradores e estabelece a mudança obrigatória do sócio-auditor a cada cinco anos.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) havia editado em 1999 a Instrução nº 308, que ainda gera polêmica entre as empresas de consultoria e de auditoria que atuam no país. Desde a publicação da Instrução no Diário Oficial da União em 19 de maio de 1999, a Arthur Andersen S/C, em conjunto com a Ernst & Young Auditores Independentes, e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes entraram com liminares na justiça contestando a constitucionalidade do artigo 23, que dispõe sobre o impedimento da "prestação de determinados serviços de consultoria a empresas clientes de auditoria". Todas as liminares concedidas foram derrubadas até o final de 2002.



"O que está ocorrendo agora é que o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, cuja liminar foi cassada por último, decidiu impetrar embargo de declaração em relação à cassação da liminar, o que impede que o artigo possa valer enquanto não houver manifestação final ao embargo impetrado", explica o gerente de normas de auditoria da CVM, Ronaldo Cândido.

Ele destaca que, apesar do "embargo de declaração", a Instrução está em vigor, com exceção do disposto no artigo 23, enquanto não houver decisão favorável à CVM. "Como a ação foi impetrada em São Paulo, somente as empresas sediadas naquele estado são beneficiárias da ação. Em relação aos demais estados, o artigo 23 está em vigor", esclarece Cândido, acrescentando que no caso de descumprimento das normas as empresas estão sujeitas a advertência, multa, suspensão ou cancelamento do registro.

A KPMG se adaptou ao novo contexto separando as atividades de auditoria e de consultoria há cerca de dois anos. Um dos sócios da empresa no Brasil, José Luiz Ribeiro de Carvalho, informa que a KPMG Auditores hoje presta outros serviços além de auditoria, principalmente aqueles relacionados com assessoria tributária, auditoria interna, avaliações de empresas e recrutamento de executivos. "Para prestar serviços que não sejam de auditoria a clientes de auditoria, a empresa segue o código de ética e de independência da profissão, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e o da Federação Internacional dos Auditores Contadores (IFAC)", diz Carvalho.

ESTANTE

Um guia para o controle da corrupção



Caminhos da Transparência - análise dos componentes de um sistema de integridade
Bruno Wilhelm Speck (org.)
Editora Unicamp, 2002, 516 p.

Caminhos da transparência, análise dos componentes de um sistema de integridade consiste em uma coletânea de artigos produzidos por 43 especialistas de várias áreas de conhecimento, entre eles Cláudio Abramo, Aristides Junqueira, Denise Frossard e Heródoto Barbeiro, dedicados à análise do funcionamento de instituições e de mecanismos que poderiam contribuir para o controle da corrupção. Reunidos por Bruno Wilhelm Speck - professor da Unicamp e pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) - os autores apresentam temas como: controles internos e externos da administração, corrupção e direito administrativo, fiscalização dos recursos públicos pelos Tribunais de Contas, o direito penal e o combate à corrupção e o papel da sociedade no controle da corrupção.

O livro aborda a possibilidade de criação de um sistema nacional de integridade contra a corrupção como primeiro passo para consolidar a discussão sobre o assunto no Brasil. Representa também a tentativa de fazer um balanço sobre as instituições, as áreas e os processos a serem enfocados na elaboração das reformas dirigidas para o combate sistemático à corrupção. A sociedade brasileira tem um histórico de impunidade em suas instituições: nos rankings publicados a cada ano por organizações não-governamentais internacionais, o Brasil aparece sempre listado entre os países mais corruptos. Não há como ignorar as mudanças ocorridas no país a partir dos anos 1990, quando a cobertura jornalística refletiu a disposição da sociedade de identificar desvios e cobrar resultados.

Nesse ambiente foi concebido e organizado o volume *Caminhos da Transparência*, publicado pela Editora da Unicamp e lançado no segundo semestre de 2002. O livro traz 16 artigos que abordam diferentes segmentos da sociedade brasileira. O funcionamento de instituições como o Legislativo e o Judiciário é dissecado na obra e o caminho delineado pelos textos torna-se importante para entender a melhor forma de fiscalizá-las. Os artigos estão divididos em capítulos que tratam de temas específicos, entre eles o controle da corrupção; licitações; fiscalização das eleições; contratação e nepotismo; controle legislativo; combate à corrupção; acesso à informação; mídia e investigação; ciclos orçamentários e cooperação internacional no combate à impunidade.

Alguns textos podem ser destacados: 'A Fiscalização das Eleições', de Simone Bohn (professora da Unicamp), David Fleischer (professor da UnB) e Francisco Whitacker (secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz), mostra a evolução do sistema eleitoral brasileiro e dos órgãos que o constituem. Os autores demonstram como mesmo em tempo de ditadura o país manteve a legitimidade da contagem de votos, ressaltando que a corrupção ainda está presente na compra de votos, marca maior do coronelismo político.

O artigo 'Mídia e Investigação', do jornalista e gerente do Sistema Globo de Rádio Heródoto Barbeiro, discute a necessidade de união entre os meios de comunicação e a sociedade no combate à corrupção, com o papel e as responsabilidades da grande imprensa utilizados como ponto de partida para a mudança. Em

'O Ciclo Orçamentário', do economista Austregesilo Ferreira de Mello, da assistente social Grazia de Grazia e do contador e advogado Homero de Souza Júnior, o leitor conhece as etapas do processo de montagem do Orçamento da União - desde a elaboração nas comissões da Câmara até a aprovação pelo Congresso Nacional.

Empresas de consultoria e auditoria separam as duas áreas de atuação

Sobre a Instrução 308 da CVM, ele acredita que a resolução precisa ser aprimorada "para definir melhor as situações que realmente implicam na questão de independência, porque da maneira em que se encontra poderá proibir o profissional de assistir o seu cliente em serviços que são uma extensão da auditoria e que não implicam em quebra da independência". O modelo a ser seguido deve levar em consideração as regras de independência do IFAC.

Na Ernst & Young, Mauro Moreira, sócio da empresa, esclarece que a área de consultoria foi vendida para a KPMG Consulting, atual Bearing Points. "Hoje temos as práticas de auditoria, consultoria fiscal, consultoria de riscos de negócios e serviços atuariais, entre outras. Não consideramos a prestação de consultoria tributária um fator impeditivo para o exercício da plena e total independência como auditores", afirma Mauro, que considera a Instrução 308 "uma invasão ao campo de competência do CFC, a quem cabe legislar no âmbito profissional".

A empresa brasileira Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/C, por sua vez, é favorável aos dispositivos da Instrução. De acordo com Luiz Sallé Karam, um dos seus sócios, a CVM está conceitualmente correta ao estabelecer normas para tentar impedir situações que representem conflito de interesses e prejudiquem a independência do auditor em relação ao cliente. Para ele, os fatos recentes nos Estados Unidos e a lei Sarbanes-Oxley reforçam os argumentos da CVM traduzidos nos dispositivos da Instrução 308.

Segundo Karam, a Comissão de Valores Mobiliários se antecipou aos fatos e a empresa concorda com este posicionamento. Assim como a Price e a KPMG, a Boucinhas está totalmente enquadrada nas exigências da CVM e opera com duas firmas separadas que realizam, de maneira independente, os trabalhos de consultoria e auditoria.

"É até possível que a realização dessas tarefas (consultoria e auditoria) para um mesmo cliente seja possível sem conflito de interesses, dependendo da atitude dos profissionais que executam os trabalhos. Entendemos, no entanto, que conceitualmente e como regra geral essa situação configura conflito de interesses. O auditor deve ser independente e aparentar essa independência", explica o sócio da Boucinhas & Campos.

Em relação à atuação das empresas no exterior, José Luiz Ribeiro de Carvalho, da KPMG, revela que a situação é mais delicada: "A lei americana ainda está passando por um processo de regulamentação muito detalhado. Mas em relação aos aspectos já em vigor, a KPMG está confiante, seguindo as exigências e discutindo-as com a comunidade de clientes e não-clientes". Ele reconhece que a regulamentação dos EUA aumenta o nível de exigências do auditor e das empresas. A lei, acrescenta, também exige que os responsáveis pela administração das empresas se certifiquem formalmente da qualidade dos seus controles internos. "Nesse ponto, o auditor deverá ser solicitado a dar suporte para a administração".

Prefeitura investe R\$ 1,4 milhão em comunicação de dados

A crescente demanda por serviços de novas tecnologias que se popularizaram e se mostraram úteis para a administração municipal - correio eletrônico, internet, intranet, redes locais e corporativas - motivou a liberação em outubro de mais de R\$ 1,4 milhão para a Empresa Municipal de Informática, a IplanRio. O objetivo do investimento é atender, melhorar e modernizar a comunicação de dados da Prefeitura, aumentando a capacidade de ligação de redes externas ao Centro Administrativo São Sebastião (CASS) e a

velocidade da rede corporativa, e proporcionando a implantação de mecanismos de segurança na internet. O decreto municipal 22.200, de 29 de outubro, liberou R\$ 1,426 milhão para investir nos equipamentos do núcleo da rede corporativa de dados da Prefeitura.

De acordo com o presidente da IplanRio, Julio Lagun, os investimentos previstos englobam a aquisição de equipamentos para suportar o aumento da velocidade dos circuitos de dados dos órgãos externos ao CASS com a internet e a compra de equipamentos para melhorar a transmissão de dados das redes do Centro Administrativo ao equipamento central. O montante disponível permitirá ainda o aumento da capacidade de dois equipamentos centrais (nos blocos I e II), responsáveis pelo recebimento do tráfego de todas as redes do CASS.

O aporte de capital permitirá a interligação de setores localizados fora do Centro Administrativo à rede de dados da Prefeitura, contribuindo para maior descentralização dos serviços prestados à população. O contribuinte sentirá melhorias no acesso à página da Prefeitura na web. Os funcionários do Município lotados em unidades externas ao CASS terão a possibilidade de se conectar à rede corporativa, desde que já tenha sido implantada a rede de dados em sua unidade. Os funcionários do Centro Administrativo, por sua vez, perceberão a redução no tempo de acesso às aplicações em decorrência da velocidade na rede de dados.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Redação: Graça Louzada e Philipe Deschamps

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Edgard Bernardino